

O OBLÍQUO CAMINHO DA RELAÇÃO ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A POLÍTICA AO LONGO DO SÉCULO XX: PROLEGÔMENOS A UMA HISTÓRIA POLÍTICA

THE OBLIQUE WAY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN HISTORY AND POLITICS THROUGH THE 20TH CENTURY: PROLEGOMENA TO A POLITICAL HISTORY

Me. João Paulo Rossatti*

Resumo: Este artigo pretende apresentar um panorama geral da conturbada relação entre a História e a política ao longo do século XX. Uma relação que começa com litígio, já no início do século, culminando numa ruptura total quando do predomínio da teoria estruturalista, por volta da década de 1960, mas que aos poucos, vai vindo ser (re)construída uma reaproximação, um retorno ao político. Deste modo, a partir desse caminho, buscamos apresentar as novas formas de se fazer história política, possibilitadas pelo retorno do acontecimento, como caracterizou o historiador François Dosse.

Palavras-chave: Acontecimento; História; Política.

Abstract: This article aims to present an overview of the troubled relationship between history and politics throughout the twentieth century. A relationship that begins with litigation, at the beginning of the century, culminating in a total break when the predominance of structuralist theory, around the 1960s, but gradually seeing will be (re)built a rapprochement, a return to political . Thus, from that path, we seek to introduce new ways of doing political history, made possible the return of the event, as will characterize the historian François Dosse.

Key words: Event; History; politics.

Introdução

História e política sempre foram temas próximos. Em alguns momentos mais unidos e em outros muito distantes. A historiografia francesa, no contexto de nossa análise, revela grandes particularidades nos movimentos de atração e repulsão da história e da política. Até o século XIX muitas das representações que foram construídas sobre o passado de determinadas sociedades estavam atreladas ao importante papel que o Estado

*Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/MT); E-mail: jprossatti@gmail.com

desempenhava na vida pública, estas representações estavam ligadas a própria concepção de tempo que se tinha naquelas sociedades, uma concepção cumulativa imbricada ao ideal de progresso, forma de percepção temporal que permeou boa produção historiográfica naquele que ficou conhecido como o “século da História”. Contudo, apesar dessa forma hegemônica de produção historiográfica, inúmeras críticas começaram a surgir no início do século XX, como, por exemplo, as que foram feitas pelo sociólogo François Simiand publicadas na França em 1903. Este autor apontava para os vícios presentes na escrita histórica e indicava alguns dos motivos para isso já que, para ele, os historiadores possuíam ao menos três ídolos: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Ídolos que se faziam presente no ato da escrita histórica.

O que Simiand tentou demonstrar aos historiadores do período é que grande parte das obras feitas pelos pesquisadores franceses foram produzidas com base no arrolamento dos fatos políticos, escrita da história das guerras e em acontecimentos diplomáticos, ele considerou que a atenção dada a estas premissas eram excessivas; Simiand também demonstrou que o culto à personalidade originava uma escrita da história construída em torno da figura de um único homem, ou no máximo de um pequeno grupo; por fim denunciou o grande apego à periodização e ao estabelecimento de uma ordem cronológica. Estas críticas pioneiras serviram de base teórica para o programa que a escola que se formou em torno da revista dos *Annales* iniciaram a partir de 1929 (DOSSE, 2003), programa que gradualmente eclipsou os acontecimentos políticos e afastou os historiadores da temática política, dita tradicional, obliterando sua importância em nome de temas relacionados à economia e ao social.

A operação historiográfica – ou seja, as formas de se fazer a história – que surgiu na França decorrente dessa mudança de orientação ajudou a deslocar o olhar dos historiadores para o econômico e para o social, alterando sua relação com o tempo, tempo que deixava de se situar no momento do político (aquele tempo próximo, no limite do instantâneo) para se colocar mais próximo ao tempo econômico (tempo que se alonga, que se distancia do presente). Isso alterou sua relação com o passado e presente contribuindo para a construção de formas diferentes de construir a escrita sobre o

passado, que a partir desta perspectiva adotada se alarga indefinidamente. Esse redirecionamento da narrativa em direção a um tempo voltado para o socioeconômico se acentuou ainda mais quando Fernando Braudel assumiu a direção da revista do *Annales*, pois a ascensão de sua figura simbolizou também a ascensão da sua interpretação de longa duração que tornou a abordagem política ainda mais repulsiva (no sentido de causar afastamento) a muitos dos historiadores deste período que orbitavam em torno da influência da escola dos *Annales*.

A obliteração pela qual a história com temática política passou ao longo de mais da metade do século XX, causou uma perda de importância e influência que só iria recuperar seu espaço no debate intelectual e historiográfico francês a partir dos anos 1970, quando as ebulições políticas da década anterior ecoaram no *métier*, causando o que o professor Ciro F. Cardoso caracteriza o momento como um *aggiornamento* metodológico da história política (CARDOSO, 2012, p.45-46). Assim, baseando-se nesta perspectiva podemos dizer que o “despertar” metodológico possibilitou aos historiadores um olhar retrospectivo para a própria disciplina, o que terminou culminando em algumas autocríticas que acabaram por desaguar num momento de “retornos” como, por exemplo, o “retorno do político”, “retorno do acontecimento” o “o retorno da narrativa”, como apontaram Lawrence Stone e Paul Ricoeur nos anos 1980. Este momento é também de efervescência na historiografia, novas modalidades narrativas surgem, como, por exemplo, a micro-história na Itália; a reinterpretação marxista da *New Left* inglesa. Enfim, o que parecia engessado pelo estruturalismo das décadas de 1950 e 1960 transformou-se numa profusão de diferentes modos de fazer história.

Portanto, a partir desta apresentação, neste artigo pretendemos mostrar as sucessivas e variadas transformações pelas quais a operação historiográfica em sua relação com o político passou ao longo do século XX. O que pretendemos, enfim, é traçar um percurso mostrando como a renovação dos estudos políticos e da própria percepção do *ser* perante a política, acabou por fomentar o desenvolvimento de novas formas de fazer história política, uma escrita que a partir de então estará marcada pela renovação metodológica e pelo alargamento das fontes que autorizaram um novo olhar dos

historiadores para os meios de comunicação, por exemplo. Interpretação documental que autoriza apontar para a relação histórica da imprensa com a formação da opinião pública na esfera pública.

História e política

Durante muito tempo o conceito que se teve acerca da produção de uma narrativa histórica – pelo menos desde a Grécia antiga quando surgiu uma sociedade democrática que possibilitou o sentimento de pertencimento político – esteve de algum modo atrelado aos eventos advindos do campo político, pois a História, nessa perspectiva, era feita para ser o registro fiel dos acontecimentos dos reinos, da vida dos reis, das grandes batalhas e guerras travadas pelas figuras importantes que, ao fim, eram a personificação daqueles Estados e cidades. Ou seja, uma história dos imperadores e reis era equivalente a uma História de todo o reino, a narrativa era construída sobre os acontecimentos mais importantes naquelas sociedades, como explica Christian Meier:

A política recebeu – através do novo e descomunalmente forte destaque para o pertencimento político – nova importância, ela se tornou mais intensa, e foram abertas possibilidades de agir, de planejar e de modificar, inimagináveis até então. A ordem política repentinamente foi vista como passível de ser configurada. Por essa razão, surgiu uma nova necessidade de orientação dentro da política: conhecimento de causa e crítica a respeito se expandiram. (MEIER, 2013, p.66)

Na Idade média os cronistas, aqueles que escreveram os relatos históricos do período, acreditavam estar produzindo o registro mais fiel possível dos principais acontecimentos que derivavam das instituições políticas e sociais daquele mundo onde viviam. As crônicas tentavam “abarcam uma matéria histórica, abrangente, desde o início até o momento em que se escrevia, a partir de uma ideia mestra” (MEIER, 2013, p.66). Registros que, além de fixar na história os grandes feitos daqueles personagens, poderiam – ou deveriam – servir de exemplo às gerações posteriores, esta visão se baseava na concepção da escrita da história que desde Tucídides imaginava que da disciplina se

poderiam tirar lições úteis. Era conferido à história um caráter pedagógico (DOSSE, 2003, p.23).

Pratica-se, assim, a *historia magistra vitae*, ou *história mestra da vida*, como é conhecida desde Cícero (KOSELLECK, 2013, p.47). A compilação dos fatos arrolados nos manuscritos produzidos visava servir como modelo a ser consultado, deixando o caráter pedagógico em evidência, para que assim, quando em momentos cruciais, os homens pudessem procurar no passado orientação para repetir os sucessos dos antigos evitando cometer os seus erros. A partir desta perspectiva, a definição que o historiador alemão Reinhart Koselleck nos fornece sobre a utilização exemplar da história parece esclarecer melhor os usos desta história pelos antigos, tendo o objetivo pedagógico como diretriz:

Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.(KOSELLECK, 2011, p.42)

Contudo, inúmeras mudanças ocorreram na sociedade ocidental, principalmente a partir do século XVIII, em decorrência de transformações na concepção do próprio conceito de ciência na modernidade e de uma relação diferente do homem com o tempo. Mudanças advindas, sobretudo, do Iluminismo e do processo de industrialização, mudanças que se intensificaram mais ainda durante o século XIX, a história não passou imune a estas transformações e acentuou o seu processo de autoafirmação enquanto ciência com métodos próprios para o estudo e compreensão do passado – objeto por excelência da disciplina. Firmou-se a partir de então como a ciência da contingência, do singular, do único.

Na Idade Moderna há uma mudança na relação do homem com o tempo, a escatologia cristã que fundamentava o campo de experiência naqueles tempos é gradualmente substituída por uma perspectiva fundamentada na fé no progresso, o cientificismo racional que emerge neste momento possibilita a crença num progresso cumulativo que altera o horizonte de expectativas, como explica Koselleck:

Ao reprimir as previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado apropriou-se à força do monopólio da manipulação do futuro. [...] O cálculo político e a contenção humanista delimitaram um novo horizonte para o futuro. Aparentemente, nem as predições de um grande e único fim do mundo, nem as que previam eventos múltiplos e de menor monta foram capazes de prejudicar o curso das coisas humanas. Em vez do fim do mundo previsto, um tempo diferente e novo foi inaugurado. (2011, p.29-31)

Ou seja, uma sociedade que estava preparada para o fim iminente do mundo muda sua perspectiva, ela passa a se atualizar constantemente por meio do progresso da ciência que, a partir de então, transforma a relação do homem com o tempo, atualizando sua visão de um fim para a de um melhoramento da vida (DOSSE, 2003; KOSELLECK, 2011; KOSELLECK 2013). A crença do fim transforma-se na fé de que haverá um progressivo acumulo de melhorias o que, em síntese, resultará em uma sociedade melhor, altera-se, assim, o negativismo do fim em um positivismo do devir.

Durante este momento de transformação social houve um intensivo processo de afirmação da disciplina como uma ciência, no século XIX, por exemplo, a escola metódica alemã surge propondo a instituição uma crítica rigorosa aos documentos e uma visão mais aguçada com relação ao método historiográfico. Essa história, que emergia como ciência, pretendeu diferenciar sua escrita e a sua produção de saber das ficções literárias, por isso seus elementos metódicos foram desenvolvidos e exaltados para servir como fonte de distinção entre elas, pois a feitura da história se dará a partir da escrita de uma “irrefutável verdade”, como podemos perceber nas palavras de Leopold Von Ranke:

Quanto mais documentada, mais exata e mais frutífera a pesquisa, mais livremente pode se desdobrar a nossa arte, que só floresce no elemento da imediata e irrefutável verdade. Motivos inventados são estéreis. Os verdadeiros, derivados de observações pontuais, são diversos e profundos. Assim como o conhecimento em geral, mesmo nosso pragmatismo é documental. Ele pode mesmo ser muito reticente e ainda essencial. Onde os eventos falam por si, onde a composição pura manifesta a conexão, não é necessário falar dessa vinculação detalhadamente. (RANKE, 2010, p.149)

Ressalte-se, porém, que grande parte dos temas de pesquisa no século XIX ainda eram essencialmente atrelados à política, isto é, a forma de escrita ainda tinha “o Estado-nação como tema central tanto da investigação quanto da narrativa históricas” (FALCON, 1997, p.62), como explica Francisco Falcon – algumas exceções à regra, contudo, podem ser notadas como, por exemplo, a obra dos historiadores Jules Michelet e Jacob Burckhardt que produziram uma forma de história cultural destoando dos grandes temas do período, escrevendo, respectivamente, sobre feitiçarias e sobre a cultura na renascença italiana.

Esses estudos foram importantes para o desenvolvimento da produção historiográfica que, em fins do século XIX, se firmou como um verdadeiro campo do saber na academia com sua institucionalização nos centros universitários europeus, estrutura que posteriormente se espalhou pelo restante do globo. Calcada em uma metodologia científica rigorosa, essa forma de escrita da história, que ficou conhecida como escola metódica, tinha por característica, segundo seus críticos, ser factual, possuir narrativa linear dos acontecimentos – sempre os acontecimentos que envolveram o Estado – e primar pela descrição dos feitos dos grandes líderes e das grandes batalhas, suas fontes documentais advinham, sobretudo, dos arquivos oficiais dos Estados-nação.

Esta forma de narrativa, chamada *a posteriori* de história política tradicional, foi criticada nos anos iniciais do século XXIⁱ, quando o sociólogo e economista francês François Simiand, como já destacamos na introdução deste capítulo, denunciou aquilo que ele considerava como os três ídolos dos historiadores: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico (SIMIAND, 2003, p. 199-202). Essas apreciações serviram de base para a renovação dos estudos históricos conforme proposto pelo grupo dos *Annales* na França, em um momento que se sentiu a necessidade de romper com certos preceitos teórico-metodológicos considerados incompatíveis para se responder as perguntas daquele presente. A história já não poderia se ater a leis universais e modelos explicativos que tornassem universais explicações particulares, tal visão é apresentada dessa forma por um dos fundadores dos *Annales* Marc Bloch: “As gerações que vieram logo antes da nossa, nas últimas décadas do século XIX e até os primeiros anos do século

XX, viveram como alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico” (BLOCH, 2001, p.47). E continuar ele, essa ciência histórica à moda do XIX “tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos da superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em senso comum” (2001, p. 44). Embora os avanços metodológicos da disciplina tenham contribuído para a profissionalização do labor historiográfico durante o século XIX, a história, conforme preconizou Bloch, renunciou de certa forma a política (pelo menos a política do modo como era visto nos séculos anteriores) que foi preterida por muitos historiadores do período que se aproximaram da crítica *annalistica*.

O declínio dessa história, pejorativamente chamada de *événementielle* (acontecimental) se deu na França, quando os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, colegas na Universidade de Estrasburgo, junto a outros professores fundaram a revista “Anais de história econômica e social”. Em torno dessa publicação, posteriormente, se estabeleceriam a Escola dos *Annales*. Esses autores e outros de diferentes disciplinas que orbitavam na mesma esfera de interesses, segundo o plano proposto pelo grupo, buscaram combater a primazia da história política tradicionalⁱⁱ – como se pode notar pelo nome da revista. Ao propor uma ampliação do horizonte historiográfico ao invés de privilegiar única e exclusivamente a explicação política que orbitava ao redor do personagem singular, eles apresentaram um programa de simbiose entre a explicação econômica e social e, conseqüentemente, um programa interdisciplinar, pois naquele momento a mudança de foco “responde[u] inteiramente às questões de uma época que desloca o olhar dos aspectos políticos para os econômicos” (1992, p.22), como explica François Dosse. Ou seja, aqueles historiadores pretendiam romper com a herança positivista enraizada nas universidades francesas. Esta recusa com a história política tradicional e o rompimento que se sucedeu com as gerações de historiadores anteriores relegaram a história política o papel de coadjuvante, uma vez que, na perspectiva destes historiadores, como fica claro na visão de Marc Bloch, “o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o

modo gramatical da relatividade, convém uma ciência da diversidade. [...] são os homens que a história quer capturar” (2001, p. 54). Essa ruptura com o anterior acabou contribuindo para o ambiente de “tradicional desprezo dos historiadores franceses pela história política” (FALCON, 1997, p.71) que o nome da revista apenas acabou por reforçar.

Ponto importante que deve ser destacado para se compreender esta espécie de recusa francesa para com a história política deve-se ao fato de que nos primeiros anos do pós-Primeira Guerra houve uma grande desilusão da sociedade com os eventos políticos, a fé inflexível no progresso fora abalada. A grande quantidade de cidades devastadas, a destruição de boa parte dos parques industriais, o declínio das economias nacionais e a nova organização social que resultou destes processos, contribuíram para contextualizar o deslocamento do olhar, embora se possa sustentar que o evento chave desta mudança foi o *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929. A crise econômica em escala global decorrente de tais processos explica um pouco o porquê desta guinada para as explicações socioeconômicas que pulularam pela França e pelo mundo à época, como explica Dosse: “a economia torna-se o aspecto pelo qual a sociedade dos anos 20 e 30 se pensa, e é nesse ambiente que a revista de história econômica e social de Marc Bloch e Lucien Febvre vai evoluir como peixe dentro d’água” (2002, p. 35). As críticas de Febvre, por exemplo, sempre foram duras contra o que ele chamava de “História Diplomática”, que para este autor não passavam de compêndios com os acontecimentos políticos da diplomacia internacional, principalmente a europeia, que deixavam de lado o campo econômico, geográfico e psicológicoⁱⁱⁱ. Assim ele apresenta esse tipo de escrita da história como sendo o contrário do que considerava um bom livro: “[...] munido, à moda escolar, dos seus títulos, subtítulos, parágrafos e alíneas, este livro [*A paz armada*, de Armand Colin] situa-se, com demasiada exatidão, nas antípodas do que para nós *Annales*, constitui um bom livro de história contemporânea” (FEBVRE, 1984, p.71).

O entre guerras também vê surgir, com grande força, explicações marxistas menos ortodoxas (menos economicistas) que expunham, a partir de uma visão crítica própria ao marxismo, os problemas da sociedade burguesa europeia. A Escola de

Frankfurt, na Alemanha, expõe, a partir dessa proposta, sua intensa crítica à sociedade de consumo e a indústria cultural, vista nos trabalhos de expoentes como Walter Benjamin, Max Horkheimer e Theodore Adorno. Há também que se fazer menção aos trabalhos de Antonio Gramsci, na Itália, que exibiam análises da estrutura orgânica que as elites construía para si nas principais instituições do Estado, como forma de aparelhamento e cooptação desse esquema de poder. Tais trabalhos foram muito importantes na tentativa de desconstruir a racionalidade da esfera burguesa, para usar um termo de Gramsci, já tornada orgânica em grandes estratos sociais.^{iv}

Alguns eventos ocorridos na primeira metade desse século – uma era de extremos como caracterizou Eric Hobsbawm – foram ainda mais marcantes para a mudança de direção que a história política experimentou nesse período em que foi eclipsada da historiografia: a ascensão dos regimes totalitários nazista e stalinista e a Segunda Guerra Mundial. Eventos que marcaram toda uma geração de historiadores que observaram de perto os horrores causados pelos conflitos, os milhares de mortos, o extermínio de cerca de seis milhões de judeus, a destruição quase inteira de todo o continente europeu que fora arrastado para a guerra além de assistirem a queda da Europa como potência mundial, enfraquecida diante da ascensão, e polarização do poder, americana e soviética.

Podemos compreender parte do fenômeno que condicionou o afastamento de historiadores franceses daquele período da política se levarmos em consideração os questionamentos da filósofa Hannah Arendt. Em seu livro *O que é política?* (ARENDR, 2002) ela se pergunta se a política ainda faria algum sentido em um mundo em que a destruição ocasionada pela mão do Estado tornava-se manifesta. A filósofa condiciona sua resposta a existência da liberdade, ou seja, a política, conforme seu pensamento, deve ser o espaço de onde emana a liberdade e não onde se suprime. Portanto, segundo Arendt, a partir do momento que os regimes totalitários surgem como fenômenos políticos permeando a totalidade da vida dos cidadãos eles suprimem a liberdade individual, assim, a política perde seu sentido por tornar-se nociva à liberdade, nas palavras de Arendt: “Se for verdade que a política nada mais é do que algo infelizmente necessário para a

conservação da Humanidade, então de fato ela mesmo começou a se riscar do mapa, ou seja, seu sentido transformou-se em falta de sentido” (2002, p. 15). As políticas dos estados totalitários foram traumáticas para os homens e mulheres daquele período, causaram apenas desgraças, assim, a perda de legitimidade da própria ação política acarretou em um afastamento natural do povo, já que as decisões eram impostas de cima para baixo. Segundo ela, este foi o momento em que a política passou a ameaçar a vida, e essa ameaça à vida e à liberdade estimularam, como consequência quase natural, um afastamento do político. Como explica o historiador Tony Judt, os governos totalitaristas deixaram os comentaristas (cientistas sociais) aturdidos frente à enormidade dos acontecimentos:

Ao dividir e tomar toda a sociedade, incluindo a totalidade do próprio aparelho de governação, os regimes totalitários dominam e aterrorizam os indivíduos a partir do interior. A natureza arbitrária e aparentemente irracional, antiutilitária, da vida sob esses regimes destrói a textura da experiência partilhada, da realidade, de que depende a vida normal, e desarma todas as tentativas dos homens razoáveis de compreender e explicar o rumo dos eventos. Daí o trágico fracasso dos forasteiros em perceber o perigo colocado pelos movimentos totalitários e a demora e a incapacidade dos comentaristas em compreenderem a enormidade dos acontecimentos que presenciavam. (JUDT, 2011, p.86)

Na França a Segunda Guerra causou ainda mais impactos devido à “estranha derrota”^v, como caracterizou Marc Bloch em livro póstumo, que acometeu aquele país, deixando o seu povo aturdido e sem reação, dominado pelo inimigo invasor, condicionado às suas vontades, vivendo sob um regime colaboracionista que deixou marcas profundas na sociedade.

Pouco depois desse período confuso da vida social, principalmente da sociedade francesa, é que o estruturalismo surgiu como fenômeno intelectual – apareceu primeiro na linguística de Fernand Saussure ainda no começo do século^{vi} –, que posteriormente se espalhou por quase todas as esferas intelectuais do mundo Ocidental. O fenômeno do estruturalismo ajudou a acomodar de vez, no seio das ciências humanas, certa ojeriza ao político, principalmente pelo fato de que nesta perspectiva a curta duração – que é por excelência o tempo do político –, foi preterida em favor de uma explicação voltada à

longa duração, temporalidade privilegiada por ser considerada a única em que seria possível analisar e entender as lentas mudanças que caracterizam as sociedades, além de possibilitar, e aqui estava um dos principais motivos da perspectiva da história como longa duração, perceber as permanências que perduravam nas sociedades ao longo dos séculos. Desta forma, os historiadores do período passaram a privilegiar as explicações pautadas nas longas durações relegando ao factual papel de mero coadjuvante. Esta metodologia parecia romper de vez com as amarras da história historicizante, colocando a disciplina História no centro das ciências humanas, por isso fez muito sucesso entre intelectuais e historiadores de ofício.

Este foi o momento em que reinou na historiografia francesa a figura de Fernand Braudel, que assumiu o posto de chefe da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* – a seção de EPHE que dirigia as ciências sociais no período e que viria, posteriormente, a ser conhecida como *École Pratique de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) – a partir de 1956 e controlou o rumo da instituição quase sozinho. Interessante assinalar para uma coincidência de datas como aponta François Dosse no primeiro volume de sua *História do Estruturalismo* e que nos diz o seguinte:

O ano de 1956 é o ano das rupturas para uma parte da *intelligentsia* francesa [...] É a verdadeira hora do nascimento do estruturalismo enquanto fenômeno intelectual que sucede o marxismo. [...] É nessa releitura crítica dos valores da democracia que se enraíza o fenômeno estruturalista. A *intelligentsia* francesa já não fundamenta sua reflexão numa adesão aos valores de autonomia, de liberdade, de responsabilidade: “os substitutos explicativos conduzem ao primeiro plano o primado das totalidades nos sujeitos”. (DOSSE, 1993a, p.187)

Quer dizer, no mesmo momento em que Braudel chega a um alto posto na hierarquia acadêmica o projeto estruturalista, segundo Dosse, “nasce” para o mundo acadêmico francês. Como veremos adiante, o conceito de longa duração e a proposta historiográfica braudeliiana tem um intercâmbio grande com os preceitos basilares do estruturalismo.

Com tal poder concentrado na figura de Braudel, as temáticas das pesquisas tenderam a tomar um rumo ainda mais radical em direção às explicações econômicas e,

principalmente, quantitativas. Nesse momento, como chefe da VI Seção Braudel controlava a distribuição de bolsas de estudo concedidas aos alunos postulantes a uma vaga na instituição. Tal centralização de comando fez com que ele selecionasse pesquisadores com mais afinidades ao seu modelo de concepção histórica, calcada na análise do tempo longo e inspirada pelo recorte estruturalista de Claude Lévi-Strauss^{vii}, do qual fora colega de trabalho no curto período de tempo em que trabalharam juntos na Universidade de São Paulo durante a década de 1930.

A escrita da história frente ao desafio estruturalista, conforme a proposta de Braudel, pluralizou o tempo. Ele o dividiu em três, numa forma de “dialética da duração”, o que equivaleria em sua teoria a: uma curta duração, o tempo do acontecimento; a conjuntura, o tempo alargado ao menos a uma dezena de anos; e, por fim, a longa duração, que se preocuparia com as estruturas e continuidades além de olhar com atenção as coisas que mudavam de forma mais lenta. Neste esquema tripartite – apesar de certa atenção dada aos acontecimentos Braudel ainda os considerava “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 1990, p. 11) – o historiador deveria sempre preferir por deslocar a sua atenção para a longa duração, observando mais o que permanece ao longo do tempo e atentando, sempre que possível, para as lentas mudanças. Ao preferir observar o que permanece ou o que o muda muito lentamente o acontecimento torna-se um incômodo, de tal forma que Braudel afirma que em seu plano teórico: “o problema consistia em livrar-se de alguma forma dos acontecimentos. [...] É o que chamei de ‘o ponto de vista de Deus Pai’. Para Deus Pai, um ano não conta; um século é um piscar de olhos” (AGUIRRE ROJAS, 2001). Portanto, por meio dessa divisão temporal seria possível conceber uma forma de história total, haja vista que o historiador, tendo sempre um olho centrado nas explicações das condições socioeconômicas como um dos motivos principais dos esclarecimentos históricos, não seria ludibriado pela caprichosa duração do acontecimento, pois o político ficaria condicionado ao tempo curto, ao efêmero, a curta duração e, assim, dependente das estruturas da longa duração (BRAUDEL, 1990).

Braudel esteve à frente da VI Seção até o ano de 1969, quando se aposentou, deixando-a na mão de seus discípulos mais jovens, que passaram a dividir a direção da instituição e a ditar os novos rumos das pesquisas. Nesse período se deu a ascensão da chamada “terceira geração”, que alterou substancialmente a forma de análise proposta na “Era Braudel”, mudando o foco dos aspectos socioeconômicos para o das mentalidades. Contudo, sem alterar de forma significativa a operação nomológica feita a partir da serialização dos documentos. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas este foi o momento:

[...] que a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das mentalidades [...] abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa fosse do “porão ao sótão”, metáfora então usada para exprimir a mudança de preocupações da base socioeconômica ou da vida material para os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações. (VAINFAS, 2002, p. 22)

Contudo, diante das certezas estruturalistas o mundo sofreu o abalo de “furacão” passou pelo mundo em 1968 e impactou as ciências humanas e principalmente a História. A Primavera de Praga e as sublevações estudantis em Paris no Maio de 68, entre outros eventos que aconteceram em escala mundial, pegaram desprevenidos os cientistas sociais franceses da época. Como consequência, os acontecimentos de 68 reavivaram o interesse de parte da academia pelo político e pelo acontecimento, pois a corrente estruturalista que até então dominava as ciências humanas, viu-se abalada pela conjuntura social que desestabilizou as explicações estruturantes, que apesar de perdurarem como tendência por mais alguns anos, foram caindo em desuso. Maio de 68 foi um profundo abalo nas tentativas estruturalistas de explicar a sociedade. Aquele mundo, que se acreditava, conduzido pela estrutura, de repente se choca com uma parcela viva e pulsante da sociedade. Foi uma querela da autonomia contra a estrutura.^{viii} Segundo Dosse, esse foi, ao mesmo tempo, o período em que o estruturalismo esteve no auge de seu sucesso e em concomitante decadência, como o autor explica no segundo volume da *História do Estruturalismo*, esse foi um momento de aguda crise nas ciências sociais:

O cientificismo reivindicado pelas ciências sociais é submetido a rude prova com esse acontecimento enigmático que é maio de 68. Se a sociologia, cujo objeto de estudo se situa justamente na análise do modo

de funcionamento da sociedade não foi capaz de descobrir nenhum sinal precursor do vendaval, recebe uma boa lição de modéstia [...] Resulta, portanto, desse tipo de defasagem uma desqualificação das ciências sociais, de seus métodos de classificação que se revelam inadequados, incapazes de prever o acontecimento. (DOSSE, 1994b, p. 143)

A importância dos acontecimentos de 68 foi expressa por René Rémond nos seguintes termos: “O movimento de 1968, através do uso extenso e um tanto abusivo do conceito de poder, não contribuiu pouco para reconduzir o político ao primeiro plano da reflexão” (RÉMOND, 2003, p.26). Sem a pretensão de simplificar a história da historiografia, estes foram alguns dos motivos pelos quais, a partir do final dos anos 1970^{ix}, começa-se a falar em um *retorno ao político* na historiografia francesa.

Este foi o momento da chamada virada cultural, período em que as explicações passaram da infraestrutura à superestrutura, ou o que Roger Chartier classificou, no final dos anos 1980, como o momento em que o foco muda “da história social da cultura para a história cultural da sociedade” (CHARTIER, 2002). As transformações no direcionamento dos estudos históricos ocorreram após mutações na estrutura da própria sociedade. Neste período toma forma a história das mentalidades na França – como mostramos anteriormente –; começa a surgir na Itália a micro-história; e na Inglaterra a *New Left* surge como uma renovação nos estudos marxistas.

Estas formas diferentes de fazer a história tinham em comum uma abordagem antropológica dos sujeitos. As mentalidades, como explica Jacques Le Goff, deixaram o historiador mais próximo do trabalho do etnólogo: “o historiador das mentalidades aproximar-se-á, pois, do etnólogo, visando a alcançar, como ele, o nível mais estável, mais imóvel das sociedades” (LE GOFF, 1979, p. 69). Por isto mesmo a história das mentalidades se diferia da história social praticada antes. O que deveria interessar ao historiador, a partir de então, era o aspecto psicológico da história, afinal “a mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história” (LE GOFF, 1979, p. 72). Segundo os autores do período, a longa duração das mentalidades, longe de reduzir a pesquisa histórica aos dados brutos da história social, pretendia expor a anormalidade, o marginal, ou seja, a feitiçaria, a heresia, os

sentimentos. Coisas que se apagam quando o espectro do social é visto apenas através números. Cabe apontar que este era o aspecto em que a história das mentalidades mais se aproxima da longa duração braudeliana, já que ainda concedia primazia à longa duração, apesar de mudar seu foco do econômico para o mental.

A micro-história italiana surge com uma visão semelhante: um diálogo muito grande com a antropologia, uma descrição densa do objeto estudado, para retirar dele o máximo possível de informações e detalhes que possibilitassem criar uma visão panorâmica da sociedade no período do recorte temporal. Assim Giovanni Levi (2000), por exemplo, nos conta a história do padre exorcista Giovan Batista Chiesa na Itália do século XVI e a relação de sua família com os poderosos do local. A herança imaterial, ou seja, o poder político do pai e as relações econômicas e sociais da cidade são expostos a partir da figura do “tosco padre”. A micro-história, ao propor uma visão macro a partir da investigação do micro pretendia, como explica Carlo Ginzburg, fugir da “insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo” (2006, p. 24). Aqui a micro-história diferenciava-se da história das mentalidades, para Ginzburg essa abordagem retirava da história a autonomia individual, tornando o ambiente humano uma determinação cultural das mentalidades que pairavam sobre a sociedade.

Os redirecionamentos dos estudos após a crise do estruturalismo repercutiram, em certa medida, em todas as ciências sociais, contribuindo para recolocar o estudo do político – e da história política – na França e, de modo equivalente em todo o mundo onde a cultura francesa possuía influência, como importante problemática, agora redimensionada para além das tradicionais fronteiras que a delimitavam anteriormente.

Segundo Falcon:

O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. (1997, p.76)

Aquilo que foi chamado de Nova História por seus praticantes rompeu com algumas das estruturas basilares da “Era Braudel” que ainda permaneciam, como, por

exemplo, a ênfase dada às explicações ligadas às conjunturas econômicas, valendo-se principalmente do afã da interpretação demográfica. Contudo, apesar da pretensa novidade, logo surgiram os primeiros sinais desgaste da história das mentalidades, que deu indícios de esgotamento já no final da década de 70, seu esgotamento se deu, sobretudo, por ainda privilegiar uma explicação estruturante da sociedade, como explica Dosse:

Assim como o longo período dissolve as tensões sociais, o estudo da mentalidade relativiza a consciência dessas tensões e oposições delas decorrentes. O homem reduzido à sua mentalidade é objeto de sua história, e não sujeito. Sendo objeto de enumeração e de quantificação, torna-se objeto psicológico, objeto de mentalidade. O acento da ação humana pelos séculos diluiu-se, e o homem está estranhamente ausente. (2002, p.122)

Esse momento é o que François Dosse caracteriza como a ascensão da “história em migalhas”, quando a disciplina perde o “H” maiúsculo, deixando de ser singular, para torna-se fragmentada, dilatada e múltipla.

As críticas feitas por historiadores e filósofos naqueles anos aos modos de fazer história foram importantes e abriram inúmeras possibilidades para o desbravamento de novos (ou a redescoberta de antigos) campos do saber histórico, trazendo à superfície do debate *novos objetos, novas abordagens e novos problemas*, conforme fora exposto na coleção de mesmo nome organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (LE GOFF; NORA, 1979a; LE GOFF; NORA 1979b; LE GOFF; NORA, 1979c) no início dos anos 1970. No prefácio desta coleção os autores já depositavam o desejo de “ilustrar e promover um novo tipo de história” (1979a, p.11). À “nova história” juntavam-se as “novas abordagens”, os “novos objetos”, os “novos problemas”, tantas adjetivações preconizavam a preocupação e a necessidade de renovação, a ânsia de romper com o que agora passavam a ser consideradas metodologias antiquadas. No entanto, para alguns historiadores essa “evolução” da história a partir da assimilação das críticas, foi na verdade uma negação do objetivo (NOVAIS; SILVA, 2011, p.33-ss). De modo tal que,

como indica Ronaldo Vainfas, na verdade a real “novidade” destes campos abertos pela nova história nada tinham de novos:

É também certo que todos os assim chamados “novos objetos” pertencem, sem exceção, ao domínio das mentalidades. E parece evidente, ainda, que as ditas “novas abordagens”, como a demografia, desenvolvida desde a década de 1950, ou a arqueologia, disciplina criada no século XIX, nada tinham de novas, tampouco a “história marxista” ou a “história social”, em si mesmas, constituíam “novos problemas” em 1974. (2002, p.37)

Feitas as devidas ressalvas quanto a sua capacidade de ser realmente uma “Nova História”, não se pode deixar de notar que as transformações ocorridas no interior da disciplina História com o surgimento da *história cultural*, ou *nova história cultural* decorrentes das transformações da nova história, contribuíram muito para o desenvolvimento de uma *nova história política* que soube integrar ao seu programa as questões pertinentes aos estudos culturais que surgiram naquela época. A nova história política conseguiu incorporar as inovações advindas de outras áreas de conhecimento, como a sociologia, antropologia, filosofia, mas, principalmente da ciência política. Esse diálogo foi fundamental para a sua renovação e consolidação posterior.

Importante para entender essas mudanças no campo historiográfico são as reflexões de autores como Lawrence Stone, Paul Ricoeur e Jacques Rancière (este último um pouco depois, no final dos anos 1980). Eles apontavam para o fato de que o eclipse da narrativa na escrita da história obliterava o aspecto humano, privilegiando o coletivo e o estatístico. Stone, em 1979, assinalava para o fato de que estes modelos narrativos que primavam por explicações calcadas no determinismo econômico estavam, aos poucos, sendo revistos por muitos historiadores que “agora acreditam que a cultura do grupo, e mesmo a vontade do indivíduo, são, pelo menos potencialmente, agentes causais de transformação tão importantes quanto as forças impessoais da produção material e do crescimento demográfico” (STONE, 2013). Esse apagamento do sujeito como personagem da história deixou a disciplina presa a uma espécie de imobilismo explicativo que só começou a alterar seu horizonte a partir dos anos 1970, quando a própria

sociedade sofreu transformações significativas^x. Para o filósofo francês Jacques Rancière, esse retorno ao aspecto narrativo da história propiciava, além de tudo, uma reconciliação da história com o seu próprio nome. Com isso o autor ensinava nos mostrar como os diferentes nomes dados a operação historiográfica ao longo do tempo são mais facilmente distinguidos entre si quando percebemos as mudanças na ordem do discurso que repõem, a todo o momento, espaços de cientificidade alicerçados nos contratos narrativos, políticos e científicos próprios ao seu tempo (RANCIÈRE, 1994, p. 16-17). Assim, segundo Rancière:

[...] nada ameaça a história senão seu próprio cansaço relativamente ao tempo que a faz ou seu medo diante do que fez matéria sensível de seu objeto: o tempo, as palavras e a morte. A história não tem que se proteger contra nenhuma invasão estrangeira. Ela tem somente necessidade de se reconciliar com seu próprio nome. (1994, p.109)

Essa reconciliação da história com o seu próprio nome é um dos motivos que possibilitou aos historiadores repensarem a definição da disciplina, o novo “contrato” narrativo possibilitou o resgate do sentido e os retornos do sujeito, da narrativa e do acontecimento. Ao abandonar a operação nomológica como matriz de seu trabalho e aproximar-se da antropologia a história refez seu contato com a questão da narrativa, que se antes sofria um *eclipse*, agora era redescoberta pelos contemporâneos, afinal, Clio também é uma musa, e as musas inspiram a escrita.^{xi} Esse olhar reflexivo do historiador para o seu *métier* possibilita uma mudança na perspectiva da própria noção de história política.

Contudo, algumas ressalvas com relação ao estatuto do político na historiografia francesa devem ser feitas. Vale ressaltar que não coube a historiografia francesa o monopólio sobre o “resgate” do político. Na historiografia alemã este tema sempre teve relevância, como, por exemplo, nos trabalhos inspirados em Carl Schmitt e, principalmente, desde o fim da 2ª Guerra Mundial quando a temática historiográfica passou a girar em torno da desnazificação da interpretação histórica e da produção de uma tentativa de compreender o fenômeno totalitarista. Além, é claro, dos trabalhos produzidos na área da história dos conceitos, que já possuíam longa tradição na

historiografia alemã^{xii} e que foram importantes formas narrativas que contribuíram para reconduzir as ideias ao seu contexto político, econômico e social.

Não podemos esquecer, é claro, da tradição de estudos de contextualismo linguístico surgida na Inglaterra e que tem nas figuras de Quentin Skinner e John G. A. Pocock^{xiii} seus grandes expoentes. Nesta tradição de estudos históricos, segundo Skinner, os textos devem ser lidos como discursos, ou atos de fala, e seus objetivos não poderão ser entendidos a menos que a intenção de seus autores sejam contextualizadas dentro das convenções sócio-políticas que predominam na época em que o texto fora produzido. Deste modo, ao adentrar no mundo que produziu esses discursos, segundo Pocock:

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso.(POCOCK, 2003, p.31)

Skinner afirma que existe uma grande importância em se estudar o pensamento e o discurso político ao longo da história, principalmente para se entender como as sociedades dialogam e concebem a si próprias demonstrando, desse modo, a forma como linguagem pode ser vista como uma atividade que possui a capacidade de realizar coisas (SKINNER,1999, p. 85-86). Ou seja, dessa perspectiva há uma (re)aproximação da história com a política.

Assim, o “retorno” ao político não é exclusividade da historiografia francesa. Porém, encontrou nesse país muitas figuras que se debruçaram sobre o problema, tais como Raymond Aron, Claude Lefort, Georges Lefebvre e François Furet.^{xiv} Entre esses pesquisadores que não abandonaram os estudos sobre as questões da política temos a destacada figura do historiador René Rémond, ele é considerado um dos autores, que no decorrer das décadas de 1970 e 1980, ajudaram a retirar este programa historiográfico do limbo em que esteve durante boa parte do século XX na historiografia francesa.^{xv} Ele e um grupo de outros historiadores uniram-se em torno do interesse comum que compartilhavam pela história política e deram início ao movimento que culminou no

restabelecimento do político como objeto principal de estudo em seu país, elevando a temática a um novo grau de importância dentro da disciplina, preconizando uma renovação à velha história política, como explica Marieta de Moraes: “O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história” (FERREIRA, 1992, p.267). Podemos ponderar, no entanto, que estes autores não fizeram um caminho de “retorno” ao político, já que, de fato, nunca se afastaram deste tema. É possível que até mesmo o uso da palavra “retorno” seja equivocado, mas, de forma geral, tratou-se de uma renovação metodológica.

Posta em cena esta contextualização, quando *Por uma história política* (RÉMOND, 2003) foi publicado na França, em 1988, viu-se na obra organizada por Rémond um verdadeiro manifesto – apesar de o autor afirmar já na introdução que o livro não possuía tal pretensão – que atestava o renascimento da história política, ou pelo menos de novas formas de fazer história política. Ali, vários historiadores demonstraram a importância de não abandonar a política como objeto de estudo, apresentando o programa de uma disciplina viva, pulsante, e que se mostraria válida por estar em constante renovação, longe da imobilidade atribuída a ela em outros tempos. Para provar a legitimidade de seus estudos e demonstrar sua importância, Rémond chama atenção para o fato de que é, justamente, por meio do político que o historiador pode acessar as camadas mais profundas da teia social, pois é lá que se concatenam todos os diferentes estratos da sociedade. Sua importância, precisamente, deve-se ao fato de que é ali que convergem às representações do espectro maior do social. Portanto, não se faz uma história política em detrimento do social, do cultural, do econômico ou de nenhuma das abordagens que tenham sido apregoadas como renovadoras anteriormente, mas, sim, na conjunção destes fatores. Da história política tradicional ela manteve apenas o nome, incorporou as críticas e soube assimilar as mudanças externas a ela como explica Rémond: “Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica” (2003, p.26).

Junto com as proposições e questionamentos inseridos no debate do fazer historiográfico pela nova história na década de 1970, a nova história política também expandiu seu horizonte explicativo ao dar importância a fontes e objetos considerados, até então, secundários: a mídia, a opinião pública, os partidos, os intelectuais, as eleições, enfim, toda uma nova gama de objetos e problemas que fez parte da renovação do projeto proposto.

Adjacente a este alargamento das fontes e das novas abordagens, houve uma ampliação dos próprios limites da disciplina, ou seja, a história política tornou-se um campo de intersecção entre várias áreas de conhecimento: da sociologia à antropologia passando pela linguística, além da própria história, mas fez diálogo, principalmente, com os estudos da ciência política. Seguindo à risca os preceitos que caracterizaram os *Annales*, a nova história política fez da pluridisciplinaridade seu carro chefe, segundo Rémond:

[...] pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar [...] a história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, lingüística, matemática, informática, cartografia e outras [...]. Os empréstimos foram de importância muito desigual e natureza bem diferente segundo as disciplinas. A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática [...]. (2003, p.29)

Os preceitos apontados por Rémond como sendo as bases de onde a nova história política deveria partir, foram fundamentais para a renovação do interesse pelo tema. Deste modo, a “Nova ‘Velha História’” (FERREIRA, 1992) reconquistou seu espaço e prestígio há muito perdidos na academia. Nessa nova perspectiva, o político se apresentou como um espaço privilegiado na articulação do tecido social, mudando a percepção de que a história política deveria limitar-se às guerras, a vida dos chefes de Estado e a uma narrativa linear da história dos Estados-nação, ou seja, “a narração das coisas dignas de memória” como preconizavam algumas de suas antigas premissas. Ao superar estes limites, as mudanças que ocorreram na disciplina como um todo foram cabais na renovação da nova história política que se buscava fazer. Um olhar em

retrospectiva, no entanto, mostra que os historiadores do século XIX já haviam percebido que a história não se restringia apenas a alguns temas correlacionados aos Estados e chefes de Estado, temas que se tornaram caros aos pesquisadores modernos, e que já haviam sido pensados e trabalhados antes, como explica o próprio Rémond (2003, p.26-28). Assim, a renovação proposta nesse período vai muito mais na direção de uma reabilitação do político, por meio de intercâmbio com as novas ferramentas conceituais produzidas nas ciências vizinhas e em outros campos da história, do que propriamente no surgimento de uma história política totalmente nova. Tal postura dos historiadores e cientistas sociais perante os acontecimentos políticos se alterou, de forma significativa, quando estes perceberam que as mudanças ocorridas na sociedade deveriam ter sido acompanhadas também por uma atualização na definição do conceito de política. Foi neste momento que, segundo Rémond:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. (2003, p. 18)

A percepção de que o aumento das atribuições do Estado na vida social seria decisivo para se compreender e explicar as sociedades modernas indicou a relevância das novas metodologias na abordagem destes temas. O desenvolvimento da disciplina, desse modo, ocorreu a partir destes fatores: a expansão do próprio campo de ação da História e o aumento das atribuições e da atuação da esfera do poder político. Segundo Falcon, a nova história política valeu-se dessas renovações em pelo menos três direções:

(1) marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns dos antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos. (1997, p.77)

O alargamento das fronteiras de ação da própria política moderna sobre a vida dos homens foi decisivo na renovação do raio de ação da nova história política. Os historiadores, ao perceberem isso, distanciaram-se do que podemos chamar de caricatura de história política, considerando-a uma narrativa da história que reunia praticamente todos os pilares que vinham sendo combatidos pela academia desde meados do século XX, uma narrativa que era, como aponta Rémond: “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história [...]” (2003, p. 24). Contudo, mesmo com essas constantes tentativas de se qualificar como novidade, podemos dizer que o rompimento com o antigo não foi total, afinal, desde 1972, Pierre Nora já anunciava o retorno do fato. No sentido que Nora caracteriza como retorno do fato ele já não era aquele do século XIX, o factual que se pretendia abandonar era o que encadeava séries de acontecimentos em ordem cronológica, com a simples intenção de restituir o passado no presente. O fato que se queria reabilitar era o acontecimento visto a partir do novo prisma historiográfico que pretendia fazer aparecer o presente daquele passado sob o prisma dos acontecimentos, que poderiam ser uma porta de entrada para o presente, e para a visão de futuro, das sociedades do passado.^{xvi}

Nessa linha de argumentação, o ressurgimento do acontecimento está diretamente ligado ao papel da mídia de massas nas sociedades modernas que restabelece a importância do acontecimento como um momento fundador, assim, as próprias mídias participam da construção do acontecimento ao tornarem pública a unidade noticiosa, movimento que estabelece sua importância na história contemporânea. Segundo Dosse:

Longe de ser uma relação de externalidade, as *mass media* participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem. Cada vez mais, é através delas que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência. (2013, p. 260)

Ao provocar o deslocamento de sua atenção das particularidades, do nacional e do idealismo político para a questão das representações, do imaginário social, da memória coletiva, etc., as pesquisas no campo da história entravam em harmonia com o

ambiente intelectual e político que então vigorava (REMOND, 2003, p.22) e abriram novos campos de estudo e novas perspectivas de ação para a pesquisa histórica.

Considerações finais

Este artigo, de forma breve tendo em conta a complexidade do tema, pretendeu apresentar de forma muito sintética os caminhos enviesados percorridos pela História e pela política ao longo do século XX. Abordagem historiográfica que esteve eclipsada por certo período, mas que retomou importância nos últimos anos. Procuramos mostrar os caminhos e escolhas feitas por alguns importantes historiadores que possibilitaram a renovação da própria operação historiográfica nesse período. Esse caminho que escolhemos quando percorrido em direção ao início mostra as transformações da própria disciplina e apresenta perspectivas de pesquisas atuais que levem em conta a importante dimensão do político. Enfim, o texto antes de ser um resumo do tema, pretende apresentar alguns modos de fazer a pesquisa em história política.

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental/ Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990. p. 07-39

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos annales (1929-1989)*. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Escritos de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés – Portugal: Difel, 2002.

DOSSE, François. *A história*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Edunesp, 2001.

_____. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992

_____. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *História do Estruturalismo: O campo do signo, 1945-1966*. Vol. 1. São Paulo: Ensaio; 1993a.

_____. *História do Estruturalismo: O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias*. Vol. 2. São Paulo: Ensaio, 1993b.

_____. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo: Edunesp, 2013.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Escritos de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova "velha História": O retorno da história política*. In: *Estudos Históricos: Historiografia*, Rio de Janeiro, -1992/10.

FURET, François. *O historiador e a história (entrevista)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 143-161.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

_____. *O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história*. In: TOPOI, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006. p. 9-24.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. In: Revista brasileira de ciências sociais - Vol. 20 Nº 57. p. 27-38.

JUDT, Tony. *O século XX esquecido: lugares e memória*. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC, 2011.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, 1979b.

_____. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979c.

LYNCH, Christian E. C. *A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político*. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História: caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. Revista textos de história, vol. 10. nº 1/2, 2000.

MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007.

MARTINS, Estevão R. *Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros*. p. 45-69. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007.

MENDONÇA, Sonia R.; FONTES, Virgínia. *História e teoria política*. In: CARDORO, C.;
VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. p. 179-193. In: LE GOFF, J.; NORA, P. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979c.

NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogerio F. *Nova história em perspectiva*. Vol.1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POPPER, Karl R. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: Pontes, 1994.

RANKE, Leopold von. *Sobre o caráter da ciência histórica*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História: caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, José Eustáquio. *Da sincronia à diacronia: os “três tempos” da “história total” de Braudel a partir de um diálogo com Lévi-Strauss*. Revista OPSIS, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009.

ROSSATTI, João Paulo. *A democracia em disputa: as várias faces da democracia na revista Veja (1979-1989)*. 192 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso: Maoto Grosso, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIMIAND, François. *Método histórico y ciência social*. In: Revista de Metodología de Ciencias Sociales. n° 6, 2003.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo Edunesp, 1999.

STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogerio F. *Nova história em perspectiva*. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WHITE, Hayden. *A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea*. p. 438-484. In: NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogerio F. *Nova história em perspectiva*. Vol.1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ⁱ Outra crítica que não pode deixar de ser notada foi feita pelo filósofo alemão Karl Popper (nos anos 1950), ele pretendeu demonstrar como o historicismo, ao aproximar-se do método científico das ciências exatas, pretendia atribuir a história “padrões” e “leis” que poderiam ser descobertos e, assim, controlados: “O que entendo por ‘historicismo’ será extensamente exposto no presente estudo. A esta altura, bastará dizer que, para mim, é uma forma de abordar as Ciências Sociais que lhes atribui, como principal objetivo, o fazer *predição histórica*, admitindo que esse objetivo será atingível ela descoberta dos ‘ritmos’ ou dos ‘padrões’, das ‘leis’ ou das ‘tendências’ subjacentes à evolução da História” . In: (POPPER, 1980. p.6). (grifos do autor)

ii Apesar da proposta se colocar como novidade, historiadores como, por exemplo, Carlos Aguirre Rojas contestam a visão que coloca em primazia a concepção crítica proposta pelos *Annales*, para ele o marxismo, já no século XIX, aparecia com uma abordagem nova frente aos modelos historiográficos contemporâneos, segundo o autor: “Assim, a historiografia atual não começou, a nosso ver, a definir os seus perfis nem em 1968, nem em 1945, tampouco em 1900, mas sim naquela conjuntura crítica privilegiada da história europeia, que é a de 1848 a 1870 [...] O ponto de partida da historiografia que genuinamente podemos chamar de *contemporânea* situa-se nessa conjuntura de 1848 a 1870, que é a conjuntura do nascimento e da primeira afirmação do marxismo”. Ver mais em: (MALERBA; AGUIRRE ROJAS, 2007. p. 13-31)

iii Sobre essa mudança no olhar sobre o político, mais uma vez, Marc Bloch parece nos fornece uma perspectiva sobre a operação historiográfica e o modo como era empregada à época: “O problema que agora exige nossa atenção é duplo. O milagre régio apresenta-se sobretudo como a expressão de certo conceito de poder político”. Ou seja, a política não mais interessava quando vista pela ótica do indivíduo, mas sim nas relações do poder, neste caso o do rei, com a sociedade. Desta forma, atentava-se, sobretudo, para o movimento de sagração do rei e do poder como simbologia. In: (BLOCH, 1993. p. 68).

iv Para uma apreciação mais aprofundada da produção marxista ao longo do século XX ver: (ANDERSON, 2004.)

v (BLOCH, 2011). Neste livro Bloch faz um exame crítico da derrota do exército francês que em apenas sete semanas foi encurralado e dominado pelo exército alemão, durante a invasão em 1939. Suas reflexões tentam dar algum sentido histórico para um algo que à época parecia inacreditável.

vi Ferdinand Saussure objetivou em seus estudos elaborar uma “semiologia geral” da língua, que seria, portanto, um estudo dos signos linguísticos. Seus trabalhos, deste modo, visavam compreender através de

uma perspectiva global o papel da língua na sociedade, compreendendo os regulamentos de associação entre os significantes (sequências fonéticas) e significados (conceitos) que combinados formavam os signos linguísticos. Ver mais em: (SAUSSURE, 2006).

vii Não é intuito deste trabalho se aprofundar na questão de quem teria inspirado (ou emulado) quem, contudo, o debate existe na historiografia moderna, dois textos que servem de introdução para aprofundar a discussão: (RIBEIRO, 2009. p. 97-115); (HARTOG, 2006. p. 9-24).

viii Assim caracteriza François Dosse o acontecimento de Maio de 68 e seus desdobramentos: “O panorama intelectual de antes de Maio é dominado pela voga estruturalista. O movimento de Maio abala as estruturas imutáveis dos pensadores da morte do homem e vai dar origem a uma verdadeira *belle époque* da disciplina histórica”. (DOSSE, 2002, p. 113).

ix Sobre o retorno do político na historiografia: “somente na década de 1970, a história política ressurgia sob novos formatos, no contexto das modificações expressivas verificadas no âmbito da própria Escola dos *Annales*, tendo como precursores Pierre Nora e Jacques Julliard. Para além do âmbito francês, o novo padrão, mais próximo da ciência política, seria adotado, com outros matizes, por historiadores anglo-saxões”. In: (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 56-ss).

x “Essa alteração na natureza das questões colocadas, provavelmente também está relacionada com o cenário contemporâneo dos anos 1970. Foi uma década em que os ideais e interesses mais personalizados ganharam prioridades sobre os assuntos públicos, em virtude da desilusão generalizada com as perspectivas de mudança por meio da ação política. Portanto, é plausível estabelecer uma conexão entre o súbito aumento do interesse por esses temas no passado e preocupações semelhantes no presente”. (STONE, 2013).

xi “Da perspectiva desses historiadores, e, em verdade do ponto de vista da profissão história moderna em geral a arte e a ciência não se separam nitidamente; convivem em uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades. Tampouco os dois campos monopolizam o terreno das possibilidades” In: (GAY, 1990); Para entender melhor o debate sobre a narrativa na historiografia contemporânea ver mais em: (WHITE, 2011, p. 438-484).

xii Sobre a longa tradição alemã na produção de uma história das ideias e dos conceitos filosóficos e políticos ver o prefácio escrito por Arthur Alfaix Assis e Sérgio da Mata para o verbete “história” do *Léxico histórico* organizado por Reinhart Koselleck. Ali os dois autores apresentam a “história da história dos conceitos”, demonstrando que na Alemanha esse tipo de produção historiográfica sempre teve grande campo de atuação por parte dos intelectuais, seja numa história das ideias ou numa história dos conceitos conforme desenvolvido na academia alemã a partir da década de 1950. In: (KOSELLECK, Et. Alii, 2013). Para um panorama geral da historiografia alemã no século XX, incluindo uma análise da produção intelectual na Alemanha Oriental ver: (MARTINS, 2007, p. 45-69).

xiii (JASMIN, 2005). Neste artigo o autor define os limites da história dos conceitos da escola alemã e do contextualismo linguístico britânico, identificando aproximações e distanciamentos entre ambas.

xiv Para uma análise da importância destas figuras para a *escola francesa do político* ver: (LYNCH, 2010).

xv O historiador François Furet credita o eclipsamento do político em boa parte da historiografia francesa do pós-guerra ao sucesso da abordagem social da escola do *Annales*, como explica neste trecho: “A massa da École de Annales, os historiadores, mesmo da geração seguinte a minha, estão ainda ligados à história

social, à história das mentalidades. Ou seja, o que lhes interessa é menos a história das ideias do que a recepção social das ideias. E eu advogo que a história seja ao mesmo tempo a história das ideias, não apenas da recepção social.” In: (FURET, 1988, p.143-161).

xvi No artigo citado Pierre Nora comenta sobre o restabelecimento do acontecimento na sociedade moderna devido ao papel dos *mass media* que torna público aquilo que antes permaneceria na obscuridade. O fato de dar publicidade aos acontecimentos restitui seu lugar na história, restabelecendo sua importância, criando o que ele chamou de “acontecimento monstro” para designar fatos de grande importância dotados de visibilidade por meio da imprensa. (NORA, 1979, p. 179-193).